



## TERMO DE REVOGAÇÃO

DISPENSA nº 015/2021

Processo: 001.0000738/2021

OBJETO: contratação de serviços de curso de capacitação de atendentes e/ou recepcionistas das secretarias e órgãos municipais e técnicos de programas sociais, para atender às necessidades das secretarias municipais e seus órgãos, bem como da Prefeitura Municipal de Piracuruca-PI.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público a seguir aduzidas, resolve revogar a presente Dispensa de Licitação.

Inicialmente, registra-se, a revogação desta dispensa encontra fundamentação legal no artigo 49 da Lei 8.666/93, na Súmula do Superior Tribunal Federal nº 473.

Nesse sentido, tendo em vista razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, que tomou conhecimento durante os trâmites do presente processo de contratação, no tocante as restrições avindas de decreto municipal e estadual, resguardando o isolamento social e proibindo a realização de eventos presenciais, tendo em vista a pandemia do COVID-19.

Conforme o mencionado acima, em juízo de discricionariedade, levando em consideração a conveniência do órgão licitante em relação ao interesse público, é cabível a revogação do certame, conforme ensina Marçal Justen Filho, *in verbis*:

“A revogação do ato administrativo funda-se em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior para reputá-lo incompatível com o interesse



público. (...). Após praticar o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior". In Comentários à Lei das Licitações e Contratos Administrativos, 9ª ed., São Paulo, Dialética, 2002, p. 438.

Assim, verificado que o interesse público, entende-se ser desnecessário oportunizar o direito ao exercício da ampla defesa e do contraditório aos licitantes, na forma do § 3º do artigo 49 da Lei nº 8.666/93, consoante com o entendimento jurisprudencial, tendo em vista que o processo sequer chegou ao seu curso final, veja-se:

"A revogação de licitação em andamento com base em interesse público devidamente justificado não exige o cumprimento do parágrafo terceiro, do artigo 49, da Lei nº 8.666/93. (...) Só há aplicabilidade do parágrafo terceiro, do artigo 49, da Lei nº 8.666/93, quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído, gerou direitos subjetivos ao licitante vencedor (adjudicação e contrato) ou em casos de revogação ou de anulação onde o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como tendo dado causa ao proceder o desfazimento do certame" (TJSP, Apelação Cível nº 175.932-5/4-00, Rel. Scarance Fernandes, j. em 16.03.2004).

Por fim, com fulcro no inciso II do art. 48 da Lei 8.666/93 da Lei 8.666/93, decido pela revogação da presente Dispensa de nº 015/2021.

Piracuruca-PI, 26 de fevereiro de 2021.

**MANOEL FRANCISCO DA SILVA**

Secretário Municipal de Administração e Finanças